

Notícias Sindicais, 18/04/14

Agência Brasil, 18/04/14

Março registrou taxa de desemprego de 5%

Vitor Abdala Edição: Fernando Fraga

A taxa de desemprego fechou março em 5%, a menor taxa para o mês desde o início da série histórica iniciada em 2002. O dado é da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgado hoje (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em fevereiro a taxa foi 5,1% e 5,7% em março de 2013.

O contingente de trabalhadores desocupados ficou em 1,2 milhão de pessoas em março, mantendo-se praticamente estável em relação a fevereiro, mas recuando 11,6% na comparação com março de 2013. A população ocupada, de 22,9 milhões de pessoas, também manteve-se praticamente estável comparada a fevereiro desse ano e março do ano passado.

Entre os setores da economia, houve geração de emprego, na comparação com fevereiro, nos segmentos da construção (1%) e serviços prestados à empresas (2,6%). Na comparação com março do ano passado, houve crescimento dos postos de trabalho em seis dos sete setores, com exceção da indústria, que teve queda de 0,5%. Os destaques positivos foram a construção (6,6%) e o comércio (6%).

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado ficou praticamente o mesmo de fevereiro, 11,7 milhões. Mas foi registrado um aumento de 2% em relação a março do ano passado.

O rendimento médio real do pessoal ocupado de R\$ 2.026,60 em março é 0,3% inferior a fevereiro e 3% superior ao de março do ano passado.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é feita nas regiões metropolitanas do Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre.

Diap, 18/04/14

Crescimento de serviços ocorreu em todos os estados em fevereiro

O crescimento nominal de 10,3% no setor de serviços verificado em fevereiro deste ano, ante igual mês do ano passado, constituiu a maior variação percentual desde abril de 2013. Há um ano a taxa subiu 11,6%. Os dados dos serviços refletiram resultados positivos em todos os estados da federação abrangidos pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada, nesta quarta-feira (16), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A maior taxa de crescimento nominal foi verificada no Distrito Federal, com alta equivalente a 26,8%, seguido de Mato Grosso (24,0%) e Goiás (22,8%). Já as menores taxas ocorreram em Alagoas (2,6%), em Sergipe (3,4%) e em Tocantins (4,3%).

O IBGE informa, porém, que na composição absoluta e relativa do índice de serviços, os destaques em termos de contribuição percentual foram São Paulo (com 33,0% de contribuição relativa e 3,4 pontos percentuais de contribuição absoluta), Rio de Janeiro (com 19,4% de contribuição relativa e 2 pontos percentuais de contribuição absoluta), Minas Gerais (com 6,8% de contribuição relativa e 0,7 ponto percentual de contribuição absoluta) e Distrito Federal (5,7% de contribuição relativa e 0,6 ponto percentual de contribuição absoluta).

Isoladamente, no segmento serviços prestados às famílias, as maiores taxas ocorreram no Ceará (23,5%), no Rio Grande do Sul (19,8%) e em São Paulo (17,8%); e as menores em Goiás (3,9%), na Bahia (4,9%) e em Santa Catarina (5,9%).

Nos serviços de informação e comunicação, Goiás teve a maior taxa de crescimento (40,1%), seguido do Distrito Federal (27,1%) e de Santa Catarina (20,8%). As menores taxas positivas foram observadas no Espírito Santo (0,7%), em Minas Gerais (1,3%) e em São Paulo (2,6%). Neste segmento, Bahia registrou a única variação negativa (-1,9%).

Nos serviços profissionais, administrativos e complementares, o Distrito Federal teve a maior taxa de crescimento (24,2%), seguido da Bahia (13,3%) e de Santa Catarina (12,8%). As menores variações positivas foram em Pernambuco (0,4%), no Ceará (4,7%) e no Espírito Santo (5,6%). Rio Grande do Sul apresentou variação negativa de 6,2%.

Nos transportes, serviços auxiliares de transportes e de correio Distrito Federal (36,8%), Rio de Janeiro (20,5%) e Goiás (16,4%) tiveram as maiores variações. As menores variações foram registradas no Rio Grande do Sul (5,7%), em Santa Catarina (7,5%) e em Espírito Santo (8,7%). (Fonte: Agência Brasil)

Portal da CTB

Desemprego segue tendência estável e tem a menor taxa para março

A taxa de desemprego calculada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas ficou estável de fevereiro para março, passando de 5,1% a 5%, no menor índice para o mês desde o início da série histórica, em março de 2002. No ano passado, a taxa foi de 5,7%. O resultado foi divulgado na manhã de hoje (17) pelo IBGE. No primeiro trimestre, a taxa média foi de 5%, também a menor para o período.

Segundo o instituto, o número de desempregados foi estimado em 1,214 milhão, estável em relação a fevereiro e 11,6% a menos do que em março do ano passado – 159 mil a menos em 12 meses. Esse recuo se deu, basicamente, pela saída de pessoas do mercado de trabalho. Pelos dados do IBGE, a população economicamente ativa (PEA) diminuiu 0,6% ante março de 2013, o correspondente a menos 157 mil pessoas.

O total de ocupados (22,924 milhões) ficou estável nas duas comparações. E os trabalhadores com carteira assinada no setor privado (11,675 milhões) aumentou 2% em relação a março de 2013, acréscimo de 233 mil empregos formais. Na mesma base de comparação, os empregados sem carteira (2,007 milhões) caíram 10,8%, com 242 mil a menos nessa condição. Os "com carteira" somam 50,9% do total de ocupados.

Também em 12 meses, aumentou o número de ocupados nos setores de educação, saúde e administração pública (1,5%, ou 58 mil a mais) e outros serviços (1,6%, ou 64 mil a mais). Caíram, principalmente, o comércio (-1,1 mil, menos 49 mil) e os serviços domésticos (-4,6%, 66 mil a menos).

O rendimento médio, estimado em R\$ 2.026,60) não variou de forma significativa no mês, de acordo com o IBGE. Em relação a março do ano passado, cresceu 3%.

Diap, 18/04/14

Atividade econômica reduz ritmo, mas tem crescimento em fevereiro

O ritmo de crescimento da atividade econômica diminuiu, em fevereiro. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) dessazonalizado (ajustado para o período) apresentou expansão de 0,24% em fevereiro, comparado com o mês anterior.

Em janeiro comparado com dezembro, o crescimento ficou em 2,35%, de acordo com os dados revisados divulgados nesta quarta-feira (16).

Já na comparação com fevereiro de 2013, o crescimento ficou em 4,04%, de acordo com dados sem ajustes, uma vez que a comparação é entre períodos iguais. Em 12 meses encerrados em fevereiro, a expansão ficou em 2,57%. No primeiro bimestre, o crescimento ficou em 2,46%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária. (Fonte: Agência Brasil)

Portal da CUT

Acordo inédito garante PLR igual para os trabalhadores da base CUTista na ThyssenKrupp em todo o Brasil

17/04/2014

Articulação do acordo foi feita entre CNM/CUT e empresa e beneficiará dois mil trabalhadores

Escrito por: Solange do Espírito Santo - CNM/CUT

Bandeira defendida pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) desde a sua fundação, há 22 anos, foi assinado na tarde desta quarta-feira (16), o primeiro acordo nacional que beneficiará trabalhadores de uma mesma empresa em todas as unidades da base cutista no país. Trata-se do acordo assinado pela CNM/CUT com a ThyssenKrupp Elevadores que estabelece critérios únicos para o pagamento da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) aos dois mil metalúrgicos da base de 27 sindicatos da CUT em nove estados brasileiros.

O acordo foi articulado pela Confederação, suas federações estaduais e sindicatos de base e contemplará 49% do total de funcionários da Thyssen e terá validade de dois anos. Os outros 51% dos trabalhadores estão na base de sindicatos ligados às demais centrais sindicais.

O ato de assinatura do acordo inédito aconteceu na sede da CNM/CUT, em São Bernardo do Campo (SP), e o presidente da entidade, Paulo Cayres, afirmou que este é um grande motivo para comemorar. "A Confederação nasceu com esse propósito, de unificar os direitos dos trabalhadores e não ter regiões com empregados subvalorizados. Se eles exercem as mesmas funções, devem ter os mesmos direitos", disse o presidente.

"Isso prova que a CUT é uma central em movimento constante, que busca formas de garantir e ampliar direitos dos trabalhadores. Abre possibilidade para debater com empresas e setores este e outros temas que aperfeiçoam a relação capital-trabalho. Mostra que é vantajoso e possível para todos o estabelecimento de acordo nacional", assinalou Paulo Cayres. Ele lembrou que até esse momento, apenas duas categorias têm contratação coletiva nacional: bancários e petroleiros.

Junto com Paulão, estiveram presentes no ato o secretário geral e de Relações Internacionais da Confederação, João Cayres, o presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT/SP, Valmir Marques (Biro Biro), o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Região (RS) e Lírio Martins Rosa (que representou também a Federação gaúcha dos metalúrgicos). A empresa foi representada por Paulo Augusto Weber, Joziane Lacerda e Adilson Sigarini (este representando todo o grupo ThyssenKrupp).

Saudaram a iniciativa também os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, e de Sorocaba, Ademilson Terto da Silva.

Maturidade e luta histórica

Adilson Sigarini avaliou que este acordo mostra a maturidade dos dirigentes sindicais da CUT em buscar sempre inovar as relações trabalhistas e colocar o trabalhador como principal referência do mundo do trabalho. Já Paulo Weber destacou a importância de garantir direitos iguais a todos os trabalhadores da empresa no país. Joziane, por sua vez, agradeceu o empenho da CNM/CUT em assumir o desafio de articular o acordo nacional.

O presidente do Sindicato de Porto Alegre lembrou a luta histórica dos metalúrgicos da CUT pelo Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT). "É um passo importante da estratégia unificada de ação dos metalúrgicos, que consegue superar conflitos em nome da luta por direitos iguais para toda a categoria no país", pontuou Lírio. A fábrica de elevadores Thyssen fica em Guaíba, na base do sindicato de Porto Alegre, e somente ela tem 700 funcionários.

Negociação nacional

O presidente da FEM-CUT/SP também destacou a importância deste primeiro acordo para impulsionar novas negociações nacionais por empresas ou setores do ramo metalúrgico.

Já João Cayres lembrou que as negociações nacionais são realidade em inúmeros países e que a construção do acordo assinado nesta quarta-feira foi resultado da batalha da CNM/CUT em defesa desta antiga reivindicação e da compreensão da empresa de que é momento de começar a unificar direitos entre os trabalhadores de todas as unidades.

Ampliar o debate

O presidente da CNM/CUT ressaltou ainda que os empresários devem se preparar também para debates com o Macrossetor da Indústria da CUT (que une metalúrgicos, químicos, trabalhadores em alimentação, vestuário e construção). "Não se surpreendam se nos unirmos numa única Confederação", disse Paulão aos representantes da Thyssen. "Por que não discutir com a Confederação Nacional da Indústria uma agenda de fortalecimento da indústria brasileira, que garanta remuneração e condições de trabalho adequadas para todas as bases de trabalhadores?", indagou, lembrando que emprego decente também é sinônimo de indústria forte.

Portal da CUT

CPFL abre negociações sem apresentar nenhuma contraproposta às reivindicações dos trabalhadores

17/04/2014

Sinergia CUT rechaça choradeira patronal e ressalta que o processo de negociação deverá focar no aumento real

Escrito por: Sinergia CUT

A abertura da negociação da Campanha Salarial 2014 do Sinergia CUT com representantes da CPFL, que aconteceu na manhã desta quarta-feira (16), acabou se transformando apenas em uma reunião para agendar as próximas rodadas entre empresa e Sindicato.

O Grupo CPFL iniciou a reunião com a apresentação dos números da macroeconomia do país e do setor e voltou com a choradeira de que neste ano a regulamentação do setor está estrangulando a empresa, o que segundo ela, deverá ser considerado no processo de negociação.

Referente às reivindicações dos trabalhadores, o Grupo afirmou que não teve tempo hábil para analisar todas as pautas, porque algumas entidades sindicais ainda não entregaram suas pautas. A data-base 1º de junho foi garantida.

A direção do Sinergia CUT aproveitou o encontro para ressaltar que o cenário apresentado pela empresa não é o mesmo dos trabalhadores, porque a macroeconomia deverá ser igual ou melhor que a de 2013. Ou seja, para o Sindicato o processo de negociação deverá focar no Aumento Real.

"A categoria discute na mesa a inflação dos últimos 12 meses, melhorias na PLR, nas condições de trabalho e nas práticas de gestão por parte da CPFL, pois há pendências existentes nos locais de trabalho em virtude do descumprimento do ACT e/ou legislação", afirmou a direção do Sinergia CUT.

Novas reuniões

As próximas rodadas foram marcadas para 24 e 29 de abril, sempre às 9h. Fique ligado! A luta está só começando. A empresa não dá nada... a gente que conquista!

Portal da UGT

UGT participa do Seminário - Negociação Coletiva e Redução da Jornada de Trabalho

Dirigentes de sindicatos filiados a UGT/SC participaram no dia 11 de abril de 2014 do Seminário e Debate sobre Conjuntura Nacional promovido pela UGT, demais Centrais Sindicais e DIEESE.

O tema "Conjuntura Nacional, Dinâmica da Negociação Coletiva e Redução da Jornada de Trabalho" foi devidamente exposto pelo Técnico José Álvaro, do DIEESE que falou sobre a atual conjuntura nacional abordando dados das últimas negociações coletivas analisadas pelo DIEESE Nacional. O destaque ficou por conta da grande maioria das categorias de trabalhadores que negociaram ganhos reais acima da inflação em 2013.

Zé Álvaro afirmou que o Brasil vem crescendo ininterruptamente nos últimos 120 meses gerando milhões de postos de trabalho. Em sua análise, prevê crescimento do PIB para 2014.

Os desafios para o Movimento Sindical, segundo o Técnico do DIEESE catarinense, são a manutenção da atual política de reajuste do piso nacional e o avanço na política de redução da jornada de trabalho, incluindo-se na discussão a redução das horas extras e a extinção do banco de horas; metas possíveis, considerando que os ganhos de produtividade no Brasil cresceram 84% nos últimos 20 anos e que o peso dos salários representa apenas 22% do custo de produção e reduzir a jornada significariam um aumento no custo de apenas 1,99%.

Representando a UGT/SC na mesa de debates, o Secretário Geral, Professor Carlos Magno foi enfático ao afirmar que o Movimento Sindical precisa se unir na luta em prol dos trabalhadores, "precisamos deixar de lado nossas divergências para que prevaleça os interesses da classe trabalhadora que é a principal razão da existência da Organização Sindical dos Trabalhadores. É pra base que temos que olhar e é por ela que devemos lutar" finalizou o Secretário Geral da UGT/SC.

O Professor Moacir Pedro Rubini, Secretário de Educação e Qualificação da UGT/SC fez ponderações pontuais sobre a perversa política de juros como mecanismo de contenção da inflação. Para Rubini, esta política privilegia apenas o setor especulativo e penaliza os trabalhadores.

A atividade contou com mais de cem dirigentes sindicais de todas as regiões do Estado.

Paulo Cesar Amante, Assessor de Comunicação UGT/SC

Portal da Força Sindical

Metalúrgicos de Ribeirão Preto conquistam PLR que injetará mais de 175 mil reais na região

Na manhã dessa terça-feira (dia 15), Edmilson Domingues, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto e Região e Coordenador Regional da Força Sindical Ribeirão Preto, realizou assembleia com mais de 150 trabalhadores e trabalhadoras.

Aprovou-se a proposta negociada e defendida pelo sindicato para a implantação de Programa de Participação nos Resultados na empresa Choperias Memo em Ribeirão Preto. O Sindicato conquistou como pagamento mínimo o piso da categoria de R\$1.166,40 para cada colaborador. O trabalhador pode conquistar valor ainda maior.

Edmilson Domingues disse que o programa de participação nos resultados, faz parte da "política permanente do sindicato, do qual, defendemos e negociamos as melhores condições para os trabalhadores e trabalhadoras", explica.

Com o programa a família metalúrgica tem a possibilidade de complementar a renda e "melhorar a qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores, seja proporcionando mais poder compra e poupança. Além da contribuição para o movimento na economia, visto que, injetaremos, no mínimo 175 mil reais no município e Ribeirão Preto e região", disse Edmilson.

O Programa de Participação nos Resultados é garantido aos trabalhadores por lei, e deve ser negociado pelo representante dos trabalhadores: o Sindicato e a empresa, e aprovado em assembleia. É isento de tributação como FGTS, INSS e IR - a isenção do IR é para valores recebidos a título de PLR até R\$6.270,00

Portal da CSB

Centrais sindicais se reúnem com o senador Paulo Paim para debater a Convenção 151

Movimento sindical deve elaborar um projeto para a regulamentação do direito de greve, que será entregue ao Senado

Representantes das centrais sindicais CSB, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CUT e CGTB se reuniram com o senador Paulo Paim (PT - RS), nesta quinta-feira (10), para debater a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o

direito à negociação coletiva, direito de greve e afastamento de dirigentes do setor público. A CSB foi representada por Flávio Werneck vice-presidente e presidente Sindipol-DF, e por Antonieta de Cássia D. de Faria (Tieta), diretora de relações sindicais institucionais do Sindicato dos Servidores do Ipsemg (SISIPSEMG). Um texto sobre o posicionamento do movimento sindical com relação ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 710/11, que regulamenta o direito de greve, será apresentado no Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), entre os dias 13 e 14 de maio. O documento elaborado pelas centrais também será entregue a Paulo Paim, que se mostrou aberto ao diálogo.

O texto atual do PLS 710/11 apresenta pontos polêmicos e vem sendo discutido com as centrais desde 2013, uma vez que há 25 anos a proposta aguarda aprovação do Congresso. Os principais pontos criticados pelo movimento sindical são: efetivo de 60% (podendo chegar a 80%) para os serviços essenciais; comunicação de greve com 10 dias de antecedência ao poder público e à sociedade; ataque à liberdade sindical ao criar critérios para que os sindicatos possam deliberar greve; judicialização do movimento etc. "O projeto como está protege o governo, e não os trabalhadores. Estamos nos organizando para defender o direitos dos servidores", disse Flávio Werneck.

Sem a regulamentação, a cada período de negociação, o servidor é obrigado a fazer três ou quatro greves. Uma para pedir ao governo a abertura de negociação, para dizer ao governo que está descontente; outra para dar termo à negociação; e outra para que o governo encaminhe o projeto de lei ao Congresso, que vota o que foi negociado. Segundo o vice-presidente da CSB, a negociação coletiva diminui a necessidade de o servidor fazer greve. "Não queremos estimular a greve, mas sim criar um espaço para a negociação coletiva. As paralisações são consequências da ausência de conversa e falta de reposta do governo às reivindicações dos servidores públicos", avaliou.

Segundo Tieta, é de suma importância que o movimento sindical participe da elaboração do documento que irá regulamentar o direito de greve, pois envolve questões de interesse de toda a classe trabalhadora. "O texto que será enviado por nós precisa ser aceito na íntegra pelo governo. Precisamos ter cuidado para preservar e garantir os direitos dos trabalhadores. Na proposta inicial do FONACATE, eles acabaram por ferir alguns direitos, como o de não permitir que os funcionários públicos dos serviços militares realizem greve e também estabelecer um limite mínimo de filiados nos sindicatos para que os funcionários públicos sejam liberados e possam atuar como dirigentes sindicais. Isso tudo vai contra as lutas do movimento sindical", disse a diretora.

Para o Werneck, sem a regulamentação da Convenção, permanece no País o tratamento desigual entre os trabalhadores do setor privado e do serviço público. "O direito de greve deve ser igual para todos, sob pena de o servidor ser reduzido a uma subcategoria, inferior ao trabalhador da iniciativa privada. Isso configura uma verdadeira desigualdade. O texto construído pelas centrais precisa ser aceito na íntegra. Nós lutamos pelo poder de diálogo e conciliação entre os servidores públicos e o governo", afirmou Werneck.

Reivindicações das centrais sindicais

Sobre o efetivo nos serviços essenciais, as centrais reivindicam 30% dos trabalhadores na ativa durante as paralisações. "O percentual de 60% a 80% da proposta acaba por proibir um direito que é facultado pela Constituição Federal. Isso cerceia o direito de greve dos servidores públicos", criticou Flávio Werneck. Além disso, as centrais pedem que haja reajuste salarial com base na inflação e a criação de uma data-base nacional para toda a categoria dos servidores públicos.

Portal Gestão Sindical

Funcionalismo

16/04/2014 por Rede Brasil Atual

Escrito por por Viviane Claudino, da RBA

A regulamentação da negociação coletiva de trabalho no serviço público não depende só de decisões do governo federal. A afirmação foi feita pelo secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça, em audiência pública realizada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, na tarde do dia 15.

"Institucionalizar a negociação coletiva no serviço público não depende de uma única pessoa, e tanto a presidenta Dilma como o ex-presidente Lula fizeram gestos concretos nessa direção. Depende da pressão do funcionalismo e das centrais, porque sem isso e sem uma discussão que passe por governadores e prefeitos, fica difícil", disse Mendonça.

Os servidores cobram do governo federal uma regulamentação para campanhas salariais do funcionalismo, que os coloque em igualdade de condições com os trabalhadores regidos pela

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para isso, cobram a instalação de uma mesa de negociação permanente e a definição do 1º de maio como data-base para a categoria.

A regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito de negociação coletiva dos funcionários públicos, é reivindicação antiga dos servidores. O documento foi criado em 1978 e aprovado pelo governo brasileiro apenas em 2010. Apesar disso, a convenção ainda não foi regulamentada.

Atualmente, proposta de reajustes e benefícios para os servidores dependem de envio de projetos do pelo Executivo ao Legislativo.

Segundo o presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal, Marcos Ronaldo Freire de Araújo, atualmente existem dois projetos de lei parados na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara (PL 6697/2009 e o PL 2199/2011), com a finalidade de viabilizar alterações nas carreiras dos servidores do Ministério Público da União. "São projetos parados por falta de bom senso e compreensão das autoridades competentes para reconhecer que servidores têm defasagem salarial de 2006 a 2012."

O último reajuste dos servidores públicos foi em 2012, de 15,8%, distribuídos em três parcelas de 5,8% para 2012, 2013 e 2014. Os representantes dos servidores consideram o percentual insatisfatório.

"Não houve negociação para o reajuste de 15,8%, isso foi imposto. A mesa de negociação é um instrumento onde se busca a solução de conflitos e isso não se resume a um debate sobre inflação e tabela salarial. Hoje temos o conflito instalado", disse o coordenador geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, Paulo Henrique Santos.

Os representantes da categoria reclamam ainda da escassez de concursos públicos para suprir o déficit de mão de obra, seja por aumento de demanda ou devido à saída de pessoal. "No Banco Central, por exemplo, foram abertas 1.500 vagas, mas autorizadas apenas 500, enquanto na verdade precisaríamos de 2 mil", afirma o diretor de Assuntos Externos do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Luis Carlos Paes de Castro.

"Na Receita Federal aposentam-se, a cada ano, 600 servidores. Após dois anos sem concurso, tivemos a abertura para 278 vagas. Isso significa que estamos fragilizando a arrecadação do próprio governo, com a falta de auditores para atender à demanda do país", completa o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Cláudio Oliveira Damasceno.

"Começamos o governo Lula com uma folha de pagamento de R\$ 37,7 bilhões. No ano passado a folha de pagamento era de R\$ 122,3 bilhões, um crescimento de 224%. Houve uma combinação clara de expansão dos salários e expansão do conjunto de servidores contratados. Fomos o governo que mais contratou servidores", disse Sérgio Mendonça.

O secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol, presente ao debate, observou que há muitas "contradições e distorções" dentro da estrutura salarial da administração pública. "Hoje temos mais de 160 tabelas com situações de cargos e atribuições similares com valores diferentes."

Para ele, a mudança de comportamento do Estado em relação a administração pública é fundamental para melhorar o diálogo entre as partes. "Hoje a mobilização e pressão por greve é a nossa única saída para abrir as negociações. Nós não apostamos no conflito como solução dos problemas, apostamos no diálogo, que neste momento é frágil", disse Armengol.

"Temos a responsabilidade política de trazer para a demanda para esta casa. Não tenho como pedir que o governo atenda a todas as reivindicações dos servidores, mas que aceite o diálogo", disse o deputado Assis Melo (PCdoB-RS), que propôs o debate de hoje na comissão.

Agência Brasil, 18/04/14

Concedida anistia política a líder sindical assassinado em 1985

Yara Aquino - Repórter da Agência Brasil Edição: Valéria Aguiar

O Ministério da Justiça publicou na edição de hoje (17) do *Diário Oficial da União* portaria que declara anistiado político *post mortem* o líder sindical Nativo da Natividade de Oliveira. A anistia foi concedida em razão de sua militância política e luta pelos direitos dos trabalhadores do campo.

A portaria determina pagamento de prestação mensal permanente e continuada de R\$ 1.356,00 a Maria de Fátima Marinelli, viúva de Nativo. Prevê também o pagamento de R\$ 273 mil referente à soma do valor mensal retroativo da data do julgamento, em setembro de 2013, a março de 1998.

A militância de Nativo da Natividade de Oliveira começou na década de 70 quando realizou trabalhos de conscientização política junto aos camponeses em Carmo do Rio Verde (GO). Ele foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, secretário rural da

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e atuou nas Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica.

Em função da militância política, foi demitido de vários empregos e vigiado por órgãos de repressão. Chegou a ser preso por defender um lavrador e foi liberado 24 horas depois. Nativo foi assassinado a tiros por pistoleiros em 1985, em frente ao sindicato que presidia.

Em 2004, o relator do processo de Nativo na Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, reconheceu sua militância política, mas considerou que as circunstâncias da morte não eram suficientes para afastar a hipótese de que o líder sindical poderia ter sido vítima da ação de pistoleiros. Com base nesse argumento, o relator optou pelo indeferimento do caso. Em 2010, com o envio de novos documentos pela família, a comissão reanalisou o caso e Nativo Natividade ganhou o status de morto político. Em setembro de 2013 foi concedida a anistia política a Nativo.

Portal da CSB

GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical realiza seminário em São Paulo

Evento teve como objetivo debater a pesquisa e o relatório organizado pelo grupo

O GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical realizou, nesta terça-feira, dia 15, um seminário na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis e Assemelhados de São Paulo e Região (Sinthoresp) para discutir as diretrizes das pesquisas e do relatório final do grupo. A relação entre as empresas e o aparelho repressivo da ditadura é o principal foco da investigação da comissão. A discussão se baseou em uma proposta de estrutura de relatório apresentada pela Dr^a Rosa Cardoso, coordenadora do GT e membro da CNV. Também estiveram presentes pesquisadores de Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná, que estão contribuindo para o trabalho do grupo.

Os sindicatos pedem que as vítimas e familiares que possuem provas, documentos ou queiram prestar depoimento contra as empresas que contribuíram para a repressão do regime militar procurem as centrais sindicais ou o GT. Essas informações vão ajudar a construir o relatório. O objetivo é recuperar a verdade e memória da época, e lutar por justiça e reparação aos que tiveram suas vidas marcadas pelo regime. "Não podemos, jamais, nos esquecer das atrocidades cometidas pela ditadura militar. Por isso, o movimento sindical brasileiro está realizando essa pesquisa. Estamos exigindo verdade e justiça. A informação e a conscientização são as melhores formas de impedir que isso volte a se repetir em nosso país", disse Alvaro Egea, secretário-geral da CSB.

Para Rosa Cardoso, coordenadora do grupo de trabalho, os trabalhadores e o movimento sindical foram os principais alvos da ditadura, por isso a investigação e participação da sociedade civil se fazem tão importantes. "Centenas de entidades sindicais sofreram intervenções. Milhares de dirigentes foram presos, torturados e até mesmo assassinados. Ataques aos direitos sindicais e trabalhistas foram aprovados pelos militares, e empresários comprometidos com a ditadura financiaram torturas e prisões", lembra Rosa.

Segundo divulgado pelo GT dos Trabalhadores, a linha de pesquisa central do grupo é mostrar as intervenções aos sindicatos, cassações de mandato, prisão, tortura e morte de sindicalistas e trabalhadores entre 1946 e 1988. Além disso, o GT quer mostrar como as empresas financiaram o golpe e os anos de ditadura no Brasil, e colaboraram na perseguição aos trabalhadores.

Em dezembro deste ano, a Comissão Nacional da Verdade fará a entrega do relatório geral à Presidenta Dilma. Caberá ao Ministério Público promover eventuais ações criminais contra os torturadores com base no relatório. Também caberá às famílias e às vítimas que desejarem entrar com ações judiciais de reparação contra as empresas e os órgãos responsáveis pela repressão. "Esse trabalho que estamos fazendo é humanitário. Nos últimos 27 anos houve uma destruição dos documentos e da história da violência da ditadura. Essa reunião de provas e documentos é uma forma de justiça", disse Egea. Também serão entregues cópias do relatório e do acervo de documentos para bibliotecas e universidades para que essas informações estejam ao alcance de todos.

Diap, 18/04/14

Decisão sobre CPI da Petrobras é adiada para próxima semana

Foi adiada, mais uma vez, a análise no plenário do Senado sobre a CPI da Petrobras. Os senadores examinarão nesta terça-feira (15) o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) favorável a uma CPI com foco ampliado. "Não vamos votar porque não houve um entendimento com relação

ao encaminhamento da votação hoje”, explicou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O impasse na criação da CPI se dá porque a oposição quer a investigação apenas de fatos ligados à Petrobras, como o prejuízo na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. A CPI ampla, proposta pelo governo, deve abranger não apenas a estatal, mas também irregularidades em licitações dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e investimento do Porto de Suape, em Pernambuco.

Segundo o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), não havia quórum para votar a matéria nesta terça. Além disso, os senadores aguardam decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre mandados de segurança impetrados pela oposição e pelo governo. A relatoria é da ministra Rosa Weber, que só deve se manifestar na próxima semana.

“A ministra afirmou aos líderes da oposição que entre terça e quarta-feira da próxima semana ela decidirá (a respeito de uma medida liminar), então faz mais sentido esperar”, disse Braga.

Na segunda-feira (14), Renan enviou documento com informações ao Supremo, explicando que decidiu pela CPI ampla em nome do princípio da eficiência na administração pública. (Fonte: Agência Senado)

Diap, 18/04/14

CCJ confirma fim de doações de empresas para campanha eleitoral

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado votou, nesta quarta-feira (16), o projeto de lei da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) proibindo doações de empresas em dinheiro, ou por meio de publicidade, a candidatos e partidos políticos. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a matéria será enviada à Câmara dos Deputados.

Originalmente, o projeto pretendia proibir apenas a oferta de recursos por empresas com dirigentes condenados em instância final da Justiça por corrupção ativa. O relator da matéria, senador Roberto Requião (PMDB-PR), decidiu pela proibição de toda e qualquer contribuição financeira de empresas a partidos e candidatos.

A intenção de Vanessa era estender aos doadores de campanha, sejam pessoas físicas ou jurídicas, as limitações já impostas aos candidatos pela Lei da Ficha Limpa. O projeto tratou, assim, de transpor os mesmos critérios de elegibilidade definidos na Lei da Ficha Limpa para classificação de cidadãos e empresas legalmente aptos a investir em campanhas eleitorais.

Poder econômico

Por entender que as eleições são processos com participação direta exclusiva dos eleitores, uma vez que as pessoas jurídicas não têm direito a voto, Requião proibiu toda e qualquer doação em dinheiro de empresas nas campanhas eleitorais.

“Na medida em que uma regra de financiamento permite doações na proporção da propriedade de cada eleitor, o poder econômico tende a colonizar o poder político e desaparece a possibilidade de contraponto entre um e outro”, argumentou o relator.

Quanto às restrições a doações de pessoas físicas, Requião considerou desnecessária a exclusão de doadores “ficha suja” como proposto pelo proposto. Atualmente, a Lei das Eleições limita as doações de cidadãos para campanhas a 10% do valor dos rendimentos brutos obtidos no ano anterior.

“Considero essa regra aceitável no caso das pessoas físicas, cujas diferenças de rendimento não são, normalmente, tão grandes quanto as diferenças no faturamento das empresas”, justificou Requião. (Fonte: Agência Senado)

Organizado por Ernesto Germano